

Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 05.476.154/0001-78

Relatório da Administração

Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores (acumulados no período) Em milhares de reais

| Descrição | 2025 | | 2024 | | Variação 2025/2024 |
|---|-----------|------------------|-----------|------------------|--------------------|
| | Valor | Análise Vertical | Valor | Análise Vertical | |
| Receita operacional líquida | 276.968 | 100% | 220.383 | 100% | 26% |
| Custo dos produtos vendidos | (228.042) | -82% | (185.184) | -84% | 23% |
| Resultado bruto | 48.926 | 18% | 35.199 | 16% | 39% |
| Despesas operacionais líquidas | (34.415) | -12% | (24.361) | -11% | 41% |
| Resultado antes do resultado financeiro | 14.511 | 5% | 10.838 | 5% | 34% |
| Resultado financeiro | (2.785) | -1% | 1.563 | 1% | -278% |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 11.726 | 4% | 12.401 | 6% | -5% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (5.150) | -2% | (3.873) | -2% | 33% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 964 | - | (646) | 0% | - |
| Resultado líquido do exercício | 7.540 | 3% | 7.882 | 4% | -4% |

| | 2025 | 2024 |
|--|-------|-------|
| Lucro líquido básico e diluído por ação: | 0,203 | 0,215 |

| EBIT/EBITDA – Em milhares de reais | | | |
|------------------------------------|---------------|---------------|--|
| Descrição | 2025 | 2024 | |
| LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS | 11.726 | 12.401 | |
| Despesas financeiras | 3.487 | 625 | |
| Receitas financeiras | (702) | (2.188) | |
| EBIT | 14.511 | 10.838 | |
| Depreciação e Amortização | 5.002 | 2.127 | |
| EBITDA | 19.513 | 12.965 | |

Política da qualidade: A Companhia está certificada pela NBR-ISO 9001:2015, com escopo voltado à fabricação e comercialização de produtos e sistemas metálicos para construção civil.

Política de recursos humanos: A Companhia desenvolve uma política de recursos humanos inclusiva e oferece aos seus colaboradores benefícios sociais atraentes, dentre os quais: programa de alimentação subsidiado, transporte coletivo, cesta básica, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes e pagamento de prêmios anuais individuais a título de PLR.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2025 | 2024 | Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | 2025 | 2024 |
|---|------|----------------|----------------|---|------|---------------|---------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 629 | 4.666 | Fornecedores | 11 | 37.273 | 35.867 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 24.229 | 13.989 | Obrigações fiscais | | 443 | 166 |
| Estoques | 7 | 43.637 | 37.661 | Obrigações sociais e trabalhistas | | 1.446 | 1.169 |
| Tributos a recuperar | 8 | 8.876 | 9.996 | Adiantamentos de clientes | | 9.184 | 12.060 |
| Outros créditos | | 845 | 325 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | | - | 399 |
| Total do ativo circulante | | 78.216 | 66.637 | Empréstimos bancários | 23 | 13.377 | - |
| Não circulante | | | | Dividendos mínimos obrigatórios | 14.c | 1.791 | 1.872 |
| Tributos a recuperar | 8 | 1.852 | 7.503 | Outras exigibilidades | | 588 | 508 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 15 | 3.172 | 2.208 | Total do passivo circulante | | 64.102 | 52.041 |
| Imobilizado | 9 | 104.861 | 89.416 | Não circulante | | | |
| Intangível | 10 | 1.293 | 1.040 | Provisão para contingências | 13 | 3.965 | 4.116 |
| Total do ativo não circulante | | 111.178 | 100.167 | Empréstimos bancários | 23 | 3.059 | - |
| Total do ativo | | 189.394 | 166.804 | Total do passivo não circulante | | 7.024 | 4.116 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – A Perfilor S.A. Construções, Indústria e Comércio (“Companhia”) é resultado de uma aliança estratégica entre o Grupo ArcelorMittal, que já participava em 51% (através da ArcelorMittal Spain Holding SL), e a TEKNO, combinando expertise industrial e inovação tecnológica. Após a aquisição do controle acionário da Tekno em novembro de 2025, o Grupo ArcelorMittal obteve o controle indireto de 100% das ações da Perfilor. A Companhia tem sua sede localizada em Lorena, no Estado de São Paulo, onde opera uma planta industrial equipada com linhas de produção modernas e totalmente automatizadas, incluindo uma das mais avançadas e tecnológicas linhas contínuas de injeção de painéis termoisolantes do Brasil. Especializada no desenvolvimento de soluções para coberturas e fachadas, a Perfilor atua com painéis termoisolantes complementados por telhas trapezoidais e zipadas, oferecendo elevado desempenho técnico e versatilidade de aplicação. Seu portfólio conta com uma ampla variedade de cores e revestimentos pré-pintados de alta performance, que ampliam as possibilidades arquitetônicas e conferem maior valor estético e funcional aos projetos atendidos. A Companhia, quando necessário, conta com apoio financeiro para o cumprimento de seus compromissos e despesas de curto prazo, por meio da extensão e flexibilização dos prazos de pagamento de matéria-prima – aço e serviços de pintura – adquiridos de suas controladoras ArcelorMittal e Tekno. Conforme divulgado na nota 11 – Fornecedores, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é composto por 67% de títulos da ArcelorMittal, 14% da Tekno e 19% de outros fornecedores.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 28 de abril de 2026. **2.2. Bases de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Quando existentes, transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

3. Principais julgamentos contábeis de incertezas sobre estimativas – A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. O processo de preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **3.1. Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. **3.2. Redução dos valores de recuperação dos ativos:** A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicadores de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. **3.3. Provisão para realização dos estoques:** A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas fixas incorridas nos esforços de vendas. **3.4. Perda por redução ao valor recuperável:** É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. É adotado o critério de constituir perdas para a totalidade dos títulos junto a clientes concordatários e/ou falidos e “análise individual por cliente” exceto para o caso de clientes tradicionais e regulares, em geral construtoras que operam em obras onde predominantemente o pagamento ocorre pelo sistema de medição, o qual pode sofrer atrasos por questões contratuais, climáticas ou governamentais, no caso de obras públicas. **3.5. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 13. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a

jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **3.6. Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

4. Políticas contábeis materiais – O sumário das principais práticas contábeis aplicadas para as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as quais foram aplicadas de forma consistente nestes exercícios são como segue: **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração serem, essas aplicações financeiras, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo. **4.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **4.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia coteia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes. **4.4. Imobilizado:** É avaliado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, à exceção de terrenos e construções em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores sejam mensuráveis de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

Anos

| | |
|---|----|
| Edifícios e construções | 25 |
| Máquinas e equipamentos | 10 |
| Veículos | 20 |
| Instalações industriais | 10 |
| Ferramentas e utensílios | 10 |
| Móveis e utensílios administrativos e industriais | 20 |
| Sistemas e equipamentos de informática | 20 |
| Benefitorias em propriedade de terceiros | 25 |

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício ou período em que ocorre a alienação ou baixa. **4.5. Redução ao valor recuperável – Impairment:** No fim de cada exercício, a Administração analisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Descrição | Nota | Capital social | Reserva legal | Retenção de lucros | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
|--|------|----------------|---------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 57.705 | 2.346 | 41.065 | — | 101.116 |
| Lucro líquido do exercício | | — | — | 7.882 | 7.882 | 7.882 |
| Reserva legal | | — | 394 | — | (394) | — |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 14.c | — | — | — | (1.872) | (1.872) |
| Destinação de dividendos para lucros retidos | 14.c | — | — | 3.521 | — | 3.521 |
| Retenção de lucros | 14.b | — | — | 5.616 | (5.616) | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 57.705 | 2.740 | 50.202 | — | 110.647 |
| Lucro líquido do exercício | | — | — | 7.540 | 7.540 | 7.540 |
| Reserva legal | 14.c | — | 377 | — | (377) | — |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 14.c | — | — | — | (1.791) | (1.791) |
| Destinação de dividendos para lucros retidos | 14.c | — | — | 1.872 | — | 1.872 |
| Retenção de lucros | 14.b | — | — | 5.372 | (5.372) | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | 57.705 | 3.117 | 57.446 | — | 118.268 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Descrição | Nota | 2025 | 2024 |
|--|------|-----------------|-----------------|
| Receita de venda de bens e serviços | 16 | 276.968 | 220.383 |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 17 | (228.042) | (185.184) |
| Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais | | 48.926 | 35.199 |
| Despesas com vendas | 18 | (24.582) | (20.068) |
| Despesas administrativas | 19 | (7.704) | (4.557) |
| Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de cliente | 18 | (2.129) | 264 |
| Total despesas operacionais | | (34.415) | (24.361) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 14.511 | 10.838 |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 20 | 702 | 2.188 |
| Despesas financeiras | 20 | (3.487) | (625) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 11.726 | 12.401 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 15 | (5.150) | (3.873) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 15 | 964 | (646) |
| Lucro líquido do exercício | | 7.540 | 7.882 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Descrição | 2025 | 2024 |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 7.540 | 7.882 |
| Outros resultados abrangentes | — | — |
| Resultado abrangente do exercício | 7.540 | 7.882 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

| Descrição | Nota | 2025 | 2024 |
|--|--------|----------------|----------------|
| Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social | | 11.726 | 12.401 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | 5.002 | 2.127 |
| Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis | | (151) | (61) |
| Adição (reversão) de provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber | 6 | 2.129 | (264) |
| Juros sobre empréstimos | 23 | 1.500 | — |
| Redução (aumento) dos ativos operacionais: | | 20.206 | 14.203 |
| Contas a receber de clientes | 6 | (13.737) | 13.034 |
| Estoques | 7 | (5.976) | (401) |
| Partes relacionadas – contas a receber | 6 | 1.368 | (361) |
| Tributos a recuperar | 8 | 6.771 | 6.244 |
| Outros créditos e despesas antecipadas | | (620) | 732 |
| Fornecedores | 11 | 6.711 | 1.336 |
| Partes relacionadas contas a pagar | 12 | (5.310) | 4.347 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 277 | (437) |
| Salários, férias e encargos sociais a pagar | | 277 | 307 |
| Adiantamentos de clientes | | (2.876) | 5.454 |
| Outras exigibilidades e demais contas | | 80 | (612) |
| Impostos de renda e contribuição social pagos | | (5.549) | (8.196) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 1.727 | 35.710 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa aplicado nas atividades de investimentos:

| | | | |
|---|--------|-----------------|-----------------|
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | 9 e 10 | (20.700) | (51.928) |
| Caixa aplicado nas atividades de investimentos | | (20.700) | (51.928) |

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

| | | |
|---|------------|--------------|
| Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício | 4.666 | 20.884 |
| Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício | 629 | 4.666 |

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

| | | |
|---|----------------|-----------------|
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | (4.037) | (16.218) |
|---|----------------|-----------------|

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem e contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas). **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), “leasing” mercantil financeiros e empréstimos e financiamentos. **4.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de relatórios com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo

continua...



... continuação

IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4.11. Normas em vigor, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotaís especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotaís de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51, atualmente o CPC e suas entidades congregate estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras para identificar se é elegível para aplicação do IFRS 19. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimento sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos referidos pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos. • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa

para os contratos abrangidos. • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2025 | 2024 |
|---|--------------|--------------|
| Caixa e bancos | 629 | 4.663 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 629 | 4.666 |
| Total | 1.258 | 9.329 |

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário, classificados de baixo risco, remunerados à taxa média de 98% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% em 2024), e estão sujeitas a um risco muito baixo de alteração de valor.

9. Imobilizado

| | Terrenos | Edificações | Instalações | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Computadores e periféricos | Imobilizado em andamento | Veículos e empilhadeira | Ferramentas | Construções em imóveis terceiros | Outros | Total |
|--|---------------|----------------|--------------|-------------------------|---------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------------|-------------|----------------------------------|------------|-----------------|
| Custo do imobilizado bruto | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 82 | 7.965 | 603 | 27.062 | 456 | 749 | 21.025 | 767 | 85 | 80 | 12 | 58.886 |
| Adições | – | 453 | 64 | 2.462 | 73 | – | 47.367 | 641 | – | – | – | 51.060 |
| Transferência | – | 207 | – | 21 | – | – | (207) | (21) | – | – | – | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 82 | 8.625 | 667 | 29.545 | 529 | 749 | 68.185 | 1.387 | 85 | 80 | 12 | 109.946 |
| Adições | – | – | – | 4.569 | 53 | 124 | 15.445 | – | 2 | – | – | 20.193 |
| Transferência | 19.000 | 24.356 | 61 | 39.198 | 142 | – | (83.353) | 596 | – | – | – | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 19.082 | 32.981 | 728 | 73.312 | 724 | 873 | 277 | 1.983 | 87 | 80 | 12 | 130.139 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | – | (2.541) | (450) | (14.009) | (304) | (665) | – | (445) | (31) | (80) | – | (18.525) |
| Adições | – | (150) | (39) | (1.622) | (39) | (21) | – | (132) | (2) | – | – | (2.005) |
| Transferências | – | (14) | – | – | – | – | – | 14 | – | – | – | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | – | (2.705) | (489) | (15.631) | (343) | (686) | – | (563) | (33) | (80) | – | (20.530) |
| Adições | – | (383) | (22) | (4.008) | (26) | (28) | – | (254) | (26) | (-) | (2) | (4.749) |
| Transferência | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | – | (3.088) | (511) | (19.639) | (369) | (714) | – | (817) | (59) | (80) | (2) | (25.279) |
| Imobilizado líquido | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 82 | 5.920 | 178 | 13.914 | 186 | 63 | 68.185 | 824 | 52 | – | 12 | 89.416 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 19.082 | 29.893 | 217 | 53.673 | 355 | 159 | 277 | 1.166 | 28 | – | 10 | 104.861 |
| Taxa média ponderada anual de depreciação | – | 9% | 3% | 7% | 5% | 2% | 0% | 6% | 3% | – | 8% | – |
| Vida útil | – | 25 | 10 | 10 | 10 | 5 | – | 5 | 5 | – | – | – |

Nova fábrica em Santa Catarina – investimento orçado em R\$ 80 milhões e projeto concluído em abril de 2025.

10. Intangível

| | 2025 | 2024 |
|--|------------|--------------|
| Custo do intangível bruto | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 2 | 578 |
| Adições | – | 854 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2 | 1.432 |
| Adições | – | 506 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 2 | 1.938 |
| Amortização acumulada | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | – | (286) |
| Adições | – | (108) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | – | (394) |
| Adições | (2) | (251) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | (2) | (645) |
| Intangível líquido | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2 | 1.038 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | – | 1.293 |
| Taxa média ponderada anual de amortização | – | 10% |
| Vida útil | – | 10 anos |

11. Fornecedores

| | 2025 | 2024 |
|---|---------------|---------------|
| Partes Relacionadas (Nota explicativa 12) | 24.758 | 30.068 |
| Outros fornecedores | 12.515 | 5.799 |
| Total | 37.273 | 35.867 |

12. Partes relacionadas – a) Saldos patrimoniais

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Ativo circulante | | |
| 2025 | 1.003 | 2.371 |
| 2024 | 1.003 | 2.371 |
| Passivo circulante | | |
| 2025 | 5.804 | 5.486 |
| 2024 | 18.954 | 24.582 |
| Total | 24.758 | 30.068 |

ArcecelMittal Brasil S.A.

Tekno S.A. Indústria e Comércio (i)

ArcecelMittal Brasil S.A. (ii)

Total (Nota Explicativa 11)

Abaixo os saldos a pagar por idade de vencimento:

| | 2025 | | 2024 | |
|-----------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | Tekno S.A. | ArcecelMittal | Tekno S.A. | ArcecelMittal |
| A vencer: | | | | |
| De 1 a 30 dias | 3.239 | 11.879 | 2.831 | 18.237 |
| De 31 a 60 dias | 2.565 | 7.075 | 2.655 | 6.345 |
| De 61 a 90 dias | – | – | – | – |
| Total a vencer | 5.804 | 18.954 | 5.486 | 24.582 |
| Total geral | 5.804 | 18.954 | 5.486 | 24.582 |

b) Transações que afetam o resultado

| | Despesas financeiras | | Compras | |
|-------------------------------------|----------------------|----------|----------------|----------------|
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Tekno S.A. Indústria e Comércio (i) | – | – | 33.534 | 27.945 |
| ArcecelMittal Brasil S.A. (ii) | – | – | 140.081 | 100.058 |
| Total | – | – | 173.615 | 128.003 |

(i) Referem-se às compras de serviços de beneficiamento de matéria-prima – pintura de bobinas de aço (ii) Referem-se às compras de matéria-prima ArcecelMittal – bobinas de aço. **Remuneração da Administração:** A remuneração dos principais administradores, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa no exercício findo em 31 de dezembro 2025 foi de R\$ 1.395 (RS975 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para os administradores são os mesmos dos demais empregados. Os valores destes benefícios estão agregados à remuneração dos administradores. Adicionalmente, a Companhia não mantém quaisquer benefícios para pessoas chave da administração de suas partes relacionadas.

13. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas – A Administração da Companhia, com base nos relatórios e análises técnicas de seus consultores jurídicos, constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis com as ações em curso. Em 31 de dezembro de 2025 os processos decorrentes da cobrança de IPI foram reavaliados e as provisões foram constituídas de acordo com os prognósticos estabelecidos em nota técnica emitida pelos advogados responsáveis, com a anuência do departamento jurídico corporativo da Companhia no valor de R\$3.965 em 2025 (R\$4.116 em 2024). As contingências passivas classificadas como “possíveis” e não provisionadas somam R\$4.132 em 2025 (R\$3.589 em 2024).

6. Contas a receber de clientes – a) Composta por:

| | 2025 | 2024 |
|--|---------------|---------------|
| Contas a receber de clientes – terceiros | 28.553 | 22.105 |
| Total | 28.553 | 22.105 |

Partes relacionadas (Nota 12)

(i) Venda para entrega futura

(ii) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável

| | 2025 | 2024 |
|------|---------|---------|
| (i) | (5.327) | (3.198) |
| (ii) | 24.229 | 13.989 |

Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| A vencer: | | |
| De 1 a 30 dias | 7.651 | 12.824 |
| De 31 a 60 dias | 10.479 | 4.935 |
| De 61 a 90 dias | 7.082 | 1.545 |
| Acima de 91 dias | – | 361 |
| Total a vencer | 25.212 | 19.665 |
| Vencidos: | | |
| Vencidos de 1 a 30 dias | 1.062 | 1.286 |
| Vencidos de 31 a 60 dias | 345 | 232 |
| Vencidos de 61 a 90 dias | 325 | 54 |
| Vencidos de 91 a 180 dias | 277 | 328 |
| Vencidos há mais de 181 dias | 2.335 | 2.911 |
| Total vencido | 4.344 | 4.811 |
| Total | 29.556 | 24.476 |

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

| | 2025 | 2024 |
|--------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | (3.198) | (3.461) |
| Adições | (2.363) | 623 |
| Reversões | 234 | (359) |
| Saldo final | (5.327) | (3.198) |

A Companhia constitui provisão para perdas do contas a receber

14. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado no montante de R\$57.705 está representado por 57.705.378 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas conforme segue:

| | Quantidade de ações 2025 | Percentual de ações 2025 |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Acionistas | | |
| ArcecelMittal Spain Holding | 29.429.749 | 51% |
| Tekno S.A. Indústria e Comércio | 28.275.629 | 49% |
| Total | 57.705.378 | 100% |

b) Reserva de retenção de lucros: A destinação final de R\$5.372 remanescente do lucro líquido ajustado pela constituição obrigatória de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios sobre o exercício de 2025, será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Administração irá propor a retenção do lucro para investimento conforme orçamento de capital, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 a retenção de lucros de R\$5.372, que será deliberada pela Assembleia Geral dos Acionistas, conforme nota explicativa 14.c. O saldo de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 60.563, superior em R\$ 2.858 ao permitido pelo artigo 199 da Lei 6.404/76. Na próxima assembleia de acionistas, como mencionado acima, o saldo de reservas de lucros será destinado, inclusive para estar de acordo com a lei societária vigente sobre o tema. **c) Destinação do lucro do exercício:** O estatuto da Companhia, nos artigos 21 a 24 do seu Capítulo VII, prevê que o lucro líquido do exercício deve ser destinado da seguinte forma: “Art. 21: Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício a que se refere o Art. 21, destinar-se-ão 5% (Cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que esta alcance o limite em lei. Art. 22: Do saldo remanescente, ajustado consoante o dispositivo no Artigo 202 da Lei 6.404 de 15/12/76, será destinado a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas presentes na forma de Artigo 22, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (Vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Artigo serão obrigatoriamente destinados a distribuição aos acionistas, como dividendo. Art. 23: Após o cumprimento do estabelecido nos Artigos anteriores e permanecendo saldo de lucros, este ficará à disposição da Assembleia geral, que lhe dará a destinação que mais lhe convier.” Nestes termos, segue o demonstrativo de apuração do lucro líquido ajustado e dos dividendos a serem distribuídos:

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 7.540 | 7.882 |
| Compensação de prejuízos acumulados | – | – |
| Lucro líquido ajustado | 7.540 | 7.882 |
| Reserva legal (5%) sobre lucro líquido ajustado | (377) | (394) |
| Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios | 7.163 | 7.488 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (i) | 1.791 | 1.878 |

(i) Em decisão ocorrida na assembleia geral ordinária realizada em 2025, ficou estabelecido que os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2023, que deveriam ser distribuídos aos acionistas conforme previsto no Cap. VII, artigo 22 do estatuto social, serão destinados a reserva orçamentária para investimentos futuros. Sendo assim o montante de R\$7.882 inerente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi destinado R\$394 (5%) a reserva legal, R\$1.872 a reserva orçamentária para investimentos futuros e R\$5.616 a reserva de retenção de lucros. Em relação ao lucro líquido de R\$7.540 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi destinado conforme estatuto social da companhia sendo R\$377 (5%) a reserva legal, R\$1.791 a dividendos mínimos obrigatórios e R\$5.372 a reserva de retenção de lucros. As deliberações atendem ao estatuto social da companhia e lei da S.A., e serão ratificados em assembleia dos acionistas a ocorrer em 2025.

15. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social

| | 2025 | 2024 |
|--|--------------|--------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 11.726 | 12.401 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal | 3.987 | 4.216 |
| (+) Adições permanentes | 125 | 38 |
| (-) Exclusões temporárias | 249 | 349 |
| (+) Efeito da provisão do IPI (nota 13) | (151) | (60) |
| Imposto de renda antes da compensação | 4.210 | 4.543 |
| Diferença de adicional de imposto de renda e contribuição social | (24) | (24) |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | 4.186 | 4.519 |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social | 35,7% | 33,8% |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente | (5.150) | (3.873) |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido | 964 | (646) |

(provisão para perda de crédito esperada) em decorrência da incapacidade dos clientes em efetuar os pagamentos de títulos vencidos, tendo como procedimento rever trimestralmente tais perdas a fim de serem ajustadas, caso seja necessário. O critério adotado é de constituir perdas estimadas para a totalidade dos títulos de clientes concordatários e/ou falidos e para títulos vencidos e avaliados com risco de perda. Historicamente não tem sido verificadas perdas significativas nas contas a receber de clientes.

7. Estoques

| | 2025 | 2024 |
|-----------------------|-------|--------|
| Produtos acabados | 7.673 | 10.562 |
| Produtos para revenda | 384 | 207 |
| Matérias-primas | | |

... continuação

Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio

| | Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado | | Valor justo das demais categorias de instrumentos financeiros | | Valor Justo total | | Valor Contábil | | 2025 | | 2024 | |
|---|--|--------------|---|----------|-------------------|--------------|----------------|--------------|------|------|------|------|
| | Nível 2 | | Nível 2 | | 2025 | | 2024 | | 2025 | | 2024 | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 |
| Ativos ao valor justo por meio do resultado: | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 629 | 4.663 | - | - | 629 | 4.663 | 629 | 4.663 | | | | |
| Ativos financeiros ao custo amortizado: | | | | | | | | | | | | |
| Caixas e bancos | - | - | - | 3 | - | 3 | - | 3 | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | 24.229 | 13.989 | 24.229 | 13.989 | 24.229 | 13.989 | | | | |
| Passivos financeiros ao custo amortizado: | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores - circulante | - | - | 12.515 | 5.799 | 12.515 | 5.799 | 12.515 | 5.799 | | | | |
| Partes relacionadas - circulante | - | - | 24.758 | 30.068 | 24.758 | 30.068 | 24.758 | 30.068 | | | | |
| Empréstimos bancários - circulante | - | - | 16.436 | - | 16.436 | - | 16.436 | - | | | | |
| Outras contas a pagar | - | - | - | 1.791 | - | 1.791 | - | 1.791 | | | | |
| Total | 629 | 4.663 | - | - | 629 | 4.663 | 629 | 4.663 | | | | |

As aplicações financeiras, classificadas como nível 2, foram registradas com base no valor do resgate naquela data, representando o melhor valor justo. As operações da Companhia estão sujeitas de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, quando necessário, em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia possui política específica, quando necessário, para a contratação de operações de hedge para mitigar riscos de exposição às taxas de câmbio. As políticas de Administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelo Conselho de Administração a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar riscos e aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui nenhum contrato de proteção cambial em aberto, assim como nenhum ativo ou passivo registrado em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Administrativa da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O gerenciamento do risco de liquidez é feito através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. **Instrumentos financeiros por categoria:** Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

| | Valor justo por meio do resultado | | Ativo pelo custo amortizado | | Passivo pelo custo amortizado | | 2025 | | 2024 | | |
|---|-----------------------------------|---------------|-----------------------------|---------------|-------------------------------|---------------|----------|----------|------|------|--|
| | 2025 | | 2024 | | 2025 | | 2024 | | 2024 | | |
| | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | 2025 | 2024 | |
| Ativos financeiros | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 4.663 | - | - | - | 4.663 | - | - | - | | | |
| Caixa e bancos | - | 3 | - | - | - | 3 | - | - | | | |
| Contas a receber de clientes de terceiros | - | 13.989 | - | - | - | 13.989 | - | - | | | |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | - | - | - | - | | | |
| Outras contas a receber | - | - | - | 325 | - | 325 | - | - | | | |
| Total | 4.663 | 14.317 | - | - | 4.663 | 18.987 | - | - | | | |
| Passivos financeiros | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | - | 30.068 | - | 30.068 | - | - | | | |
| Partes relacionadas | - | - | - | 5.799 | - | 5.799 | - | - | | | |
| Outras contas a pagar | - | - | - | 1.120 | - | 1.120 | - | - | | | |
| Total | - | - | - | 36.987 | - | 36.987 | - | - | | | |

22. Informações adicionais as demonstrações dos fluxos de caixa

| | 2025 | 2024 |
|---|--------------|--------------|
| Aquisições de bens do ativo imobilizado sem efeito caixa | 236 | 112 |
| Integralização em reservas de lucro referente a destinação dos dividendos 2025 e de 2024 | 1.872 | 3.521 |
| Pagamento de imobilizados no exercício (com efeito no exercício), adquiridos em exercícios anteriores | (271) | (186) |
| Total | 1.837 | 3.447 |

23. Empréstimos bancários

| Descrição | Taxa média de juros | 2025 | 2024 |
|----------------|---------------------|---------------|----------|
| Banco Itaú S/A | 2,58 a.a. | 9.261 | - |
| Banco Itaú S/A | 1,06 a.a. | 7.175 | - |
| Total | | 16.436 | - |
| Circulante | | 13.377 | - |
| Não Circulante | | 3.059 | - |
| Total | | 16.436 | - |

(i) Financiamento Capital de Giro adquirido pela Companhia para investimentos da nova fábrica em Araquari-SC

| Descrição | 2024 | Captações | Juros | Pagamentos | 2025 |
|--|----------|---------------|--------------|----------------|---------------|
| Financiadora de Estudos e Projetos - Finep | - | 19.000 | 1.500 | (4.064) | 16.436 |
| Total | - | 19.000 | 1.500 | (4.064) | 16.436 |

24. Seguros - A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para suas instalações e ativos operacionais, especificamente associados às edificações próprias no segmento de prevenção de incêndio. Os seguros contratados são reavaliados anualmente. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 79.624.000, com vencimento em 13/09/2026, para a unidade industrial de Lorena e R\$ 80.000.000, com vencimento em 30/05/2026, para a planta industrial de Araquari-SC.

Paulo César Prado Peixoto
Diretor Administrativo Financeiro
Altamiro Coelho
Contador - CRC 1SP 189.032/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio
Lorena-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Perfil S.A. Construções, Indústria e Comércio ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações

financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 027.623/0
Marcos Roberto Sponchiado
Sócio Contador CRC SP 175.536/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 30/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

